

1 **Ata nº 002/2018 da Audiência Pública para demonstração do cumprimento**
2 **das metas fiscais dos dois últimos quadrimestres de 2017**

3 Aos 27 (vinte e sete) dia, do mês de fevereiro, do ano de 2018 (dois mil e dezoito),
4 às 09h05, em sede própria, reuniram-se os Vereadores, autoridades municipais e
5 comunidade para a 2ª Audiência Pública do ano de 2018. O senhor Mauro Gomes
6 Piauí, secretário de planejamento, diz: Bom dia a todos e a todas! Quero agradecer
7 a presença de todos vocês. Eu me chamo Mauro Gomes Piauí, secretário de
8 planejamento da prefeitura municipal de Barra do Garças. Estamos agora, às
9 9h05, dando início a nossa audiência pública para demonstração das metas fiscais
10 do terceiro e quarto quadrimestre do ano 2017. Como nós temos que fazer a
11 apresentação desses demonstrativos especialmente para os senhores vereadores,
12 em especial da comissão de finanças e seguridade social, nós constatamos que não
13 tem a presença de nenhum edil nesse momento, vamos suspender e aguardar mais
14 alguns minutos a presença dos nobres vereadores. Muito obrigado! Vamos definir
15 algumas coisas aqui mais uma vez e retomar a nossa audiência, seria nossa
16 audiência pública. Como eu disse anteriormente, essa audiência nós estamos aqui
17 para demonstrar e avaliar alguns resultados fiscais do município. E essa audiência
18 primordialmente é feita para a câmara municipal. Nós vamos falar hoje um pouco
19 sobre essa Lei Complementar 101 de 2000, porque é ela que estabelece as normas
20 de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e outras
21 providências. Então, essa é a principal lei de gestão fiscal do país, tanto município,
22 Estado, tem que obedecer. Ela dita as normas de como você deve proceder na
23 administração pública em relação a gestão fiscal, qual o gasto, como gastar. E
24 especialmente hoje nós vamos verificar o cumprimento do artigo 9º no parágrafo
25 quarto. Esse é o motivo de nós estarmos aqui hoje. O que ele diz: “Até o final dos
26 meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o
27 cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na
28 comissão referida no parágrafo primeiro do artigo 166 da Constituição ou
29 equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais”. O que diz o artigo
30 166? Só para esclarecer para vocês aqui o parágrafo primeiro do artigo 166:
31 “Caberá a uma comissão mista permanente do Senado e deputados: examinar e
32 emitir parecer sobre projeto referido neste artigo sobre as contas apresentadas
33 anualmente pelo presidente da república; e aí ele estabelece examinar e emitir
34 parecer sobre os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos
35 nesta Constituição e exercer o acompanhamento e a fiscalização orçamentária,
36 sem prejuízo da atuação das demais comissões do Congresso e suas Casas, criadas
37 após a Constituição, de acordo com artigo 58 desta mesma constituição”. Então,

38 basicamente nós tínhamos que apresentar esse resultado das contas do segundo e
39 terceiro quadrimestre de 2017 para os senhores vereadores, em especial a
40 comissão de orçamento e finanças. Nós fomos convocados pelo presidente Miguel
41 e prontamente comparecemos, só que marcamos para 9h e já são 9h15 e não tem
42 nenhum edil aqui presente, infelizmente. Mas, então, em respeito aos cidadãos
43 que estão aqui vamos fazer essa apresentação cumprindo a nossa obrigação.
44 Então, gostaria de agradecer vocês que estão presente aqui. São termos técnicos
45 que a gente está se acostumando, todos nós vamos ter que acostumar com isso, e
46 apresentar um pouco do resultado do que aconteceu, principalmente em relação a
47 gasto com pessoal e gasto com dívidas contratuais consolidadas no município.
48 Então, são demonstrativos que vão estar aqui. O primeiro é do segundo
49 quadrimestre. O quadrimestre é de janeiro a maio, depois de abril a agosto, depois
50 agosto a setembro. Então, quando nós colocamos aqui setembro - agosto é porque
51 para se tirar o quadrimestre nós temos que pegar de um ano para cá. Então, as
52 despesas com pessoal liquidadas até agosto do ano de 2017 foram 73.337.348,90
53 (setenta e três milhões trezentos e trinta e sete mil trezentos e quarenta e oito reais
54 e quarenta centavos), isso com pessoal ativo. Isso é o resultado do quadrimestre.
55 Então, a despesa líquida com pessoal foi essa aqui, isso inclui todos os salários
56 dos servidores efetivos, comissionados e contratados. Aqui, não é Carlos, está
57 referente a um ano? Um ano. Nós estamos pegando setembro de dezesseis a
58 agosto de 2017. Então, a receita corrente líquida desse período, que é a receita que
59 pode se usar com gasto com pessoal, foi 142.276.374,14 (cento e quarenta e dois
60 milhões duzentos e setenta e seis mil trezentos e setenta e quatro reais e quatorze
61 centavos). Isso quer dizer o que? A despesa total com pessoal ficou 51,55. Esse
62 aqui tem uns cálculos da pessoal com pessoal, qual é o quatro aqui? É esse, são
63 os cento e quarenta e dois aqui, igual ao segundo. O limite máximo que nós temos
64 aqui, que é o item seis, os incisos aqui um, dois e três da lei de responsabilidade
65 fiscal, fala o seguinte: que você pode gastar com pessoal, com pagamento efetivo,
66 até 54% da sua arrecadação da receita corrente líquida, seria setenta e seis milhões
67 oitocentos e vinte e nove. Desculpem aí gente! Setenta e seis milhões oitocentos
68 e vinte e oito, 54% o limite. O limite que está lá também na lei de responsabilidade
69 fiscal, artigo 22, é o prudencial que fala, setenta e dois milhões cinquenta e um e
70 trinta. E o limite de alerta porque essa alerta, esse sistema, essa lei, fica dentro do
71 sistema de contabilidade do tribunal de contas e fica interligado com o município.
72 Quando chega o valor desse aqui 48,6, ele lança lá no computador do gestor ou
73 do que faz o pagamento e do contador, uma 'luzinha' amarela: oh, está chegando
74 nos 48,66. Então, o município nessa época fechou o segundo quadrimestre com
75 51,55%. Então, acima dos limites prudencial e de alerta, mas dentro do limite

76 máximo permitido. Com isso o gestor vai ter a sua conta aprovada pelo tribunal
77 de contas e pela câmara. Se o gestor passar aqui 54.01, ele já tem as contas
78 reprovadas pelo tribunal de contas e também pela câmara municipal. Porque o
79 tribunal de contas nada mais é do que o assessor fiscal das câmaras municipais.
80 Então, pode passar para o outro quadro Carlos. Em relação ao segundo
81 quadrimestre nós atingimos a meta, que seria a meta de não ultrapassar, embora
82 todo esforço feito e com muita reclamação justa dos servidores de não ter aumento
83 salarial. É uma escolha da administração, tem que fazer algumas obras e manter
84 dentro desse limite, que sempre fica aquela dicotomia: eu faço ou dou aumento
85 para o servidor. Aí o gestor tem que fazer uma escolha, uma escolha de Sofia,
86 vamos dizer assim, e essa gestão está fazendo essa de realizar algumas obras e
87 posteriormente está vendo essa questão do pessoal. Mas, também dentro dessa
88 crise que está anunciada, eu como faço da gestão posso falar que ela é real, depois
89 dessa mudança de governo federal nós tivemos aí uma emenda que achatou todos
90 os investimentos. Então, nós estamos com dificuldade de caixa. A previsão nossa,
91 depois vocês vão verificar, de arrecadação era X e a gente faz essa previsão
92 orçamentária baseada nos últimos três anos, da arrecadação, da constante, a gente
93 sempre vai esperar um aumento de arrecadação e teve foi decréscimo. Então, por
94 isso que nós estamos apertados em relação à questão salarial dos servidores. Aqui
95 é o segundo quadro que é a dívida consolidada do município, nós temos aqui a do
96 primeiro quadrimestre e do segundo quadrimestre aumentou pouca coisa:
97 22.133.831,29 (vinte e dois milhões cento e trinta e três oitocentos e trinta e um e
98 vinte e nove); mobiliária 6.626.654,00 (seis milhões seiscentos e vinte e seis
99 seiscentos e cinquenta e quatro), dívida mobiliária que é a dívida de compra de
100 imóveis, equipamentos, carros, veículos, etc.; e a dívida contratual, que é a dívida
101 dos financiamentos que foram feitos aí, asfalto, com a Caixa Econômica, compra
102 dos ônibus lá do financiamento com o governo federal. Isso aqui, esses quarenta
103 e seis milhões aqui ainda é de empréstimo, pagamento interno, é esse valor
104 também. Esse aqui é o rendimento que tem que pagar, não é, dos empréstimos;
105 parcelamentos e renegociação de dívidas que a prefeitura tem ao longo do tempo
106 e demais dívidas contratuais, que a soma na verdade é a soma daquelas outras lá.
107 E aqui embaixo nós vamos ver que temos a disponibilidade de caixa nesse
108 encerramento do quadrimestre, que foi em agosto, nove milhões cento e quarenta
109 e cinco. Então, tinha um descoberto ali de vinte e dois milhões. Nós tivemos aqui
110 a disponibilidade de caixa, bruto, nove milhões trezentos e poucos de acordos e
111 demais financeiros. A dívida líquida consolidada, doze milhões oitocentos e
112 dezessete mil, que da receita corrente líquida corresponde a 15,86. 15.56 seria o
113 nosso, não, o nosso limite de alerta é 108%, que é o mesmo da resolução do

114 Senado. O município pode contrair 108% da arrecadação do que ele arrecada. Se
115 estava lá cento e quarenta e dois, cento e oito, eles fizeram os cálculos aqui e
116 estava dando cento e setenta. Mas, nós estamos só usando 9,01 do cento e oito,
117 que seria esses doze milhões aqui. Outras dívidas integrantes, tem alguma? Passa
118 aí. Isso aqui é a dívida corrente do ano, é isso? Oito milhões depósito e resto
119 processados do exercício anterior, foram as dívidas que ficaram do exercício
120 anterior e a gente passa para o exercício seguinte, que são aqueles financiamentos
121 a longo prazo e os depósitos são os depósitos que estão já lá para pagar para
122 garantir isso aí. Isso aí que dá os nove milhões que nós tínhamos falado lá. Então,
123 esse foi o demonstrativo do segundo quadrimestre. Ainda tem mais alguns outros
124 aqui. Aqui são as garantias contratuais. Só para exemplificar, de repente o governo
125 quando olha a gestão financeira do município, ele exige algumas garantias
126 contratuais e aqui está tudo zero porque o município de Barra do Garças não foi
127 necessário garantir nada para nenhum credor. Quando eu digo credor é credor
128 oficial, que é a Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e o Tesouro, que
129 empresta para o município. Pode passar Carlos. Aqui foram as operações de
130 crédito até o quadrimestre. A mobiliária seis milhões e pouco. Essas outras aqui,
131 contratual quatorze, interna é a mesma coisa, mesmo valores. Aí vamos descer lá
132 no cumprimento dos limites. Voltando aqui, a receita corrente líquida cento e
133 quarenta e dois milhões; operações vedadas nenhuma; total considerado para fins
134 de apuração 15.19; limite geral definido pela resolução 16; limite de alerta 14;
135 limite de resolução Senado Federal nove milhões, sete. Então, aqui também está
136 dentro dos nossos limites das operações de créditos que o município fez. Então,
137 quando a gente fala em parcelamento de dívidas, no quadrimestre quatrocentos e
138 vinte e seis mil de contribuição social. Esses quatrocentos e vinte e seis mil nesse
139 período é em relação à dívida do INSS, antigo desde quando era um milhão, um
140 milhão e seiscentos, o município vai pagando todo mês senão não tem a
141 regularidade previdenciária, ainda está devendo quatrocentos e vinte e seis mil,
142 paga uma parcela todo mês para o INSS relativo a tributos, seguridade servidores
143 contratados. É bom dizer que isso aqui é uma dívida desde de 2004, 2002, 2003
144 por aí. Pode seguir. Aqui é o resumo: a receita corrente líquida do período, cento
145 e quarenta e dois milhões; a despesa com pessoal ficou em 51,55, o limite era 54,
146 o prudencial 51,30. Isso aqui já é dos dois quadrimestres, não é? A dívida
147 consolidada doze milhões oitocentos e dezessete, 9.01, e o limite pelo Senado
148 Federal era cento e setenta milhões cento e vinte, mas nós não atingimos isso aí,
149 o município. As garantias nós teríamos aí trinta e um milhões se fosse para dar,
150 mas não é necessário. As operações de crédito interno e externo quinze definido
151 pelo dezesseis. Então, nós estamos dentro desse limite, a que está mais arrojado

152 um pouquinho são as operações de crédito. Pode passar. Do quadrimestre do dois?
153 Ah tá! Então, esse foi o resumo da demonstração da gestão fiscal, que é exigido
154 pela lei pra gente apresentar para vocês do quadrimestre que é o período referente
155 a maio, junho, julho e agosto de 2017. E agora a gente vai passar para o outro
156 período pra gente fechar o ano e depois a gente conversa um pouco mais aqui com
157 vocês. Isso aqui já é do exercício quase tudo, não é? Então, a despesa bruta com
158 pessoal liquidada setenta e dois milhões, pessoal ativo setenta e dois milhões,
159 escrito em restos a pagar não processados oitocentos e cinquenta ponto noventa e
160 seis. É reais isso aí? É reais. Que passou isso aí em dezembro. Então, a despesa
161 líquida com pessoal setenta e dois milhões. Pode subir um pouquinho. Então, a
162 receita corrente líquida continua foi cento e quarenta e sete, aumentou um
163 pouquinho. Três meses aumentou o que? Cinco milhões, não é? Cinco milhões de
164 receita, então foi uma coisa bem apertada mesmo. Nós fechamos com esse
165 resultado, com esses cento e quarenta e sete, 49.58 de gasto com pessoal, nós
166 podíamos gastar o máximo aqui de 54. A lei de responsabilidade fiscal lá nos
167 incisos um, dois e três, artigo 20, fala em 60. Quando a gente fala em sessenta e a
168 gente só pode gastar cinquenta e quatro é porque 6% é para pagar previdência, é
169 o Barra-Previ dos servidores e o INSS dos contratados e comissionados, e o
170 restante aí que seria o salário bruto. Então, o salário não pode passar cinquenta e
171 quatro. Se passar de cinquenta e quatro já é reprovado as contas. Então, esse foi o
172 fechamento em relação ao pessoal a partir de dezembro. Então, quando passa
173 disso aí o município tem que fazer uma série, depois eu vou mostrar ali o que o
174 município tem que fazer para reduzir a questão salarial, pode até diminuir salário.
175 Pode passar. Aqui é a dívida consolidada do primeiro, segundo, terceiro
176 quadrimestre, nós estávamos em vinte e dois e terminamos em vinte e um
177 trezentos e trinta e sete; a mobiliária ficou quase o mesmo valor, seis; aqui
178 aumentou um pouquinho, um milhão, quatorze; parcelamento, renegociação foi
179 pagando, era quatrocentos e vinte e seis, agora ficou em trezentos e noventa e
180 cinco; as contribuições previdenciárias, isso aqui é do INSS como eu falei
181 anteriormente; as demais. Sobe aí Carlos. Então, a dívida consolidada nós
182 baixamos ela no terceiro quadrimestre, nos últimos quatro meses, que era de doze
183 e foi para nove milhões. A receita corrente líquida aumentou, cento e quarenta e
184 sete, quatorze e cinquenta. Nós estamos aqui com 6.22 só, a gente poderia ir até
185 cento e oito, cento e setenta e seis milhões. Então, está muito longe. Assim,
186 financeiramente o município é sanável, dá para qualquer gestor que pegar a
187 administração, se continuar nesse ritmo, ele vai ter alguns problemas pontuais
188 para resolver, mas dá para levar, fazer as opções, as escolhas corretas nas
189 aplicações e investimentos, dá para Barra do Garças crescer muito ainda. Pode

190 subir. Outros valores não-integrantes que são os depósitos que tem, oito milhões.
191 Processados, restos a pagar não processados do exercício anterior, cinco, cinco, aí
192 no terceiro duzentos e cinquenta e quatro mil, que passou de dezembro para
193 janeiro pra gente pagar que são coisas que estão parceladas aí. Aqui são os
194 depósitos, que é o dinheiro que fica em garantia lá para fazer esses pagamentos.
195 Insuficiência nada. Passivo atuarial não tem nada. Pode passar. As garantias
196 também, como eu disse o município não tem necessidade, ele poderia apresentar
197 o limite, o Senado. Quando eu falo Senado, resolução, o Senado Federal é um
198 órgão muito importante, então ele que define quanto que cada Estado e quanto
199 que cada município pode pegar emprestado do Governo Federal. Então, eles
200 baixam uma resolução e quando o município ou Estado quer pegar algum
201 empréstimo de vulto, eles mandam lá todo balanço dos últimos três anos,
202 consolidado, eles analisam e aí chegam à conclusão que você pode pegar tantos
203 X reais. Então, nós poderíamos ter um limite de dívida, ficar com dívida até de
204 trinta e dois milhões, mas nós não estamos. Desculpa, aqui não é dívida, nós
205 podemos dar garantia, teríamos que dar em garantia pelo balanço, pelo o que o
206 município arrecada, nós teríamos condições de dar essas garantias aqui. Temos
207 condições de dar essas garantias, mas não estamos fazendo isso porque os
208 empréstimos todos são consolidados. Pode subir. Aí as garantias recebidas,
209 zerada. Tudo ok. Aqui as operações de crédito, imobiliária os seis milhões, sempre
210 esses valores vão estar diminuindo um pouquinho. Seis milhões. A contratual,
211 quatorze milhões trezentos e quinze. São os contratos, as internas, que é tudo
212 interno isso aqui, que são, os convênios não, as licitações que nós temos para
213 pagar aí dessas obras que são feitas aí, umas com recurso próprio e outras com
214 recurso do governo federal e estadual. Pode passar. Aí a receita corrente líquida,
215 cento e quarenta e sete milhões. Total para fim de apuração do comprimento limite
216 de operação de crédito seria quatorze e vinte e três. O limite definido pelo Senado
217 seria sete. Operações, a externa seria dezesseis. Para cumprimento da lei de
218 responsabilidade, quatorze vinte e três. Qual que é operação de crédito
219 orçamentário, com antecipação, operação vedada nenhuma. Então, aqui também
220 nós estamos dentro do limite. Pode passar Carlos. Agora esse aí nem eu estou
221 conseguindo enxergar. Qual é o título desse aí? Ah, é o resto a pagar. Então, aqui
222 nós temos, é pouquinho coisa, recursos não vinculados vinte e três. O número que
223 nós temos que ver, o principal, é esse aqui, dois milhões. Eu acho que esse aqui é
224 o que está descoberto, não é? Menos. É o inverso, não é? Esse aqui é o contador,
225 mas contabilidade eu lembro fiz isso aqui. Mas, esse quadro é só para mostrar
226 também a saúde financeira do município, que não tem, o total de recursos
227 vinculados, demais obrigações, não tem nada liquidado que não foi empenhado,

228 empenhado não liquidado. Quer dizer, o município deve, dentro da sua gestão,
229 pouco; tem a capacidade de endividamento, se o prefeito quiser, muito grande
230 ainda. Mas, logicamente tem que ter a responsabilidade de fazer isso porque ainda
231 tem mais três anos aí e tem a própria lei de responsabilidade fiscal, que exige que
232 quando você deixar as dívidas, você deixa dinheiro em caixa também. Senão o
233 prefeito responde e tem as contas reprovadas, e também responde criminalmente.
234 Pode passar para o último. Esse é o último? Isso aqui é o resumo. Então, a receita
235 corrente líquida do ano, cento e quarenta e sete milhões duzentos e dois mil. A
236 despesa com pessoal fechou em setenta e dois, 49.58, o limite 60, o limite
237 prudencial 57. Então, nós passamos aí nesse quesito. Quando a gente diz passou
238 é em observação a lei. A dívida consolidada líquida, nove milhões, 6.22, então
239 teria até 120%. Total das garantias, nada. O limite definido pelo Senado seria vinte
240 e dois, trinta e dois milhões, nós não precisamos fazer isso. As operações de
241 crédito estão aí, interna de externa, vinte milhões, 14.23, o limite definido pelo
242 16. A inscrição de restos a pagar não processado. Pode subir. Esse é o último que
243 a gente falou, disponibilidade de caixa para inscrição de restos a pagar, dois
244 milhões quinhentos e noventa e seis. Então gente, esses aqui basicamente são os
245 demonstrativos da nossa gestão em relação ao que a administração pode fazer e
246 deveria apresentar para os servidores. Basicamente é isso. Deixa só colocar aqui,
247 Carlos, a lei pra depois a gente dar um 'discutidinha'. Só um minutinho gente. A
248 lei de responsabilidade fiscal fala como tem que ser feito o orçamento, a gente faz
249 o lançamento baseado nela; a execução, cumprimento das metas; a renúncia de
250 receita quando o município quer dar um desconto de IPTU e ISS, aqui tem que
251 falar como tem que ser feito, tem que demonstrar se vai valer a pena; a despesa.
252 Aí a despesa com pessoal, o que fala? Aí vai falando que a União é 50, o município
253 é 60 e aí não entra aqui algumas coisas com pessoal. Aí vai definindo tudo. Aqui
254 que fala, que eu falo que é duro. Tem como fazer colocar mais alto? Então, quando
255 eu falo despesa com pessoal, o que o prefeito tem que fazer quando a despesa
256 ultrapassar 95% daquele limite lá de 60, ele tem que cortar: vantagem, se ele deu
257 a concessão de vantagem, aumento, reajuste, adequação, qualquer tipo salvo
258 derivado em sentença, tem que cortar todas essas vantagens aqui; ele tem que tirar,
259 parar de criar cargo; alterar estrutura da carreira; contratação de hora extra, não
260 pode fazer isso. Ele não pode fazer isso. Despesa com pessoal ultrapassar, então
261 ele não pode. Até parar de pagar hora extra mesmo se a pessoa trabalhar, senão
262 não vai receber operações de crédito nem as transferências voluntárias. Então, são
263 as obrigações que um gestor e, às vezes, as pessoas não entendem porque o cara,
264 o gestor, não faz o aumento puro e simplesmente, porque essa lei pega ele pelo pé
265 depois. Então, basicamente é isso e aí vamos abrir se alguém quiser fazer alguma

266 manifestação, alguma pergunta, eu abro a palavra. O senhor Jonathan da Mata
267 diz: Bom dia a todos! Eu sou Jonathan da Mata, a gente fala para questões de
268 registro. Eu entendi a maior parte da exposição. Apesar da gente não ser da área
269 de economia, a gente tem um estudo e entende. Só não ficou claro para mim o que
270 que são operações internas e externas de crédito. A gente está ali oscilando entre
271 14 e 15% de um limite de 16 e a descrição dela é um pouco rasa, pelo menos no
272 que se diz respeito ao slide que está sendo mostrado. Então, a gente lendo a
273 descrição não consegue entender o que é uma operação interna e externa de
274 crédito. É só isso, obrigado! O senhor Carlos diz: Bom dia a todos! Respondendo
275 sua pergunta, o que é uma operação de crédito? Quando você faz um
276 financiamento junto a algum órgão, como a Caixa Econômica e Banco do Brasil
277 que são os principais e temos também o BASA, você dá como garantia o seu limite
278 de capacidade através da receita corrente líquida. Então, nada mais que operação
279 de crédito seria um financiamento a longo prazo definido pelo Senado. Você faz
280 a inclusão de um pedido, por exemplo, junto à Caixa, você fala qual seu objeto e
281 o que você quer pretender a financiar, ele é aprovado e você estando dentro dos
282 limites constitucionais é aprovado e liberado o crédito. Esse crédito dessa dívida
283 é aquele parte do asfaltamento quase integral do Nova Barra, a parte, o interno. O
284 externo são outras operações também dentro da própria operação de crédito, que
285 a gente classifica como externo e interno. O externo não quer dizer que seja de
286 outro país, mas ele também pode ser. Você pode ter uma operação de crédito em
287 outro país que é pelo BNDES. É apenas contábil, é uma operação apenas contábil.
288 O senhor Mauro Gomes Piauí, secretário de planejamento, diz: Na verdade são os
289 juros que estão dentro do financiamento, são o juros que vai pagando. Às vezes,
290 o município pede um prazo maior e faz nova operação ou quando acontece quando
291 a obra atrasa. O que acontece muito na administração pública, a obra atrasa. Nós
292 temos um prazo, todo financiamento tem um prazo. Vocês observam nas placas:
293 noventa dias. Aí acontece várias intercorrências, desde acontecer, por exemplo,
294 aqui no centro cultural nós fizemos lá, até hoje, foi feita uma licitação e essa
295 licitação veio um dinheiro, foi feito. Um licitante para ganhar a licitação quando
296 você faz, você faz uma previsão da obra que vai custar minimamente isso, o cara
297 para ganhar a licitação ele botou um preço abaixo do mínimo e aí ele começou a
298 receber e chegou num momento ele falou: ah, não dou conta mais, abandonou. O
299 que a gente faz? A administração pune essa empresa, ele fica inidôneo, não pode
300 contratar mais para o Estado por dez anos, com qualquer órgão público. Só isso.
301 Mas, aí o cara pega a mulher, um filho e cria outra empresa e vai de novo. Aí essa
302 obra fica paralisada. Aí o dinheiro vem e o governo fala: oh, tem que fazer. Aí
303 você pede um prazo e renegocia os pagamentos, etc. O que você já pagou para o

304 cara tem que redefinir, perde, aí você tem que complementar, pedir mais dinheiro
305 para complementar porque foi investido ali e o cara carregou. Acontece muito
306 isso. Nós tivemos isso nessa obra do centro cultural e em outras obras aí que eu
307 não lembro de cabeça. Essa é a emblemática é aí você faz essa negociação. O
308 Janjão lembrou que tem uma creche lá no Solar Ville também que está desse jeito.
309 A própria UPA, que começou com o Wanderlei em 2009, aí passou a primeira
310 administração do Roberto Farias, aí foi definindo e redefinindo valores, aí veio
311 um dinheiro, porque depois o prefeito preferiu, a UPA é um, dois e três, aí nós
312 fizemos uma dois quase chegando na três porque ela ficou maior, aí você tem que
313 pegar dinheiro próprio e pedir mais dinheiro. Então, faz essas operações internas
314 dentro do próprio contrato. Eu acho que é por aí. O senhor Carlos diz: Olha, tanto
315 é que aqueles quatorze milhões foram feitos através do Senado, está vendo?
316 Operação de crédito previsto pelo artigo sete, entendeu? Então, essa foi a
317 resolução do que foi através da Caixa Econômica. E esse valor, nota que no outro
318 quadro, vem diminuindo. Por que? É pagamento, ele diminui porque existe
319 pagamento da dívida. O senhor Mauro Gomes Piauí, secretário de planejamento,
320 diz: Então, é isso. Eu gostaria de agradecer a presença de vocês. Infelizmente mais
321 uma vez, a gente está aqui fazendo esse trabalho e nós vamos mandar para a
322 câmara depois o resultado, todos os impressos que nós estamos apresentando aqui
323 oficialmente e aí eu peço depois que a câmara nos envie também a cópia da
324 gravação pra gente fazer o registro junto ao tribunal de contas. Pois não Felipe! O
325 senhor Felipe diz: Pelo que entendi aí, esse é todo o orçamento do município e
326 como ele é gasto com os funcionários, as dívidas que têm. Tem uma questão que
327 é comentado, não sei quanto é verdade ou não, que tem alguns repasses estaduais
328 que não estão sendo feitos para o município. Eu queria saber se procede e se eles
329 estão inclusos aí ou se a gente tem valores? Pra população ter conhecimento. O
330 senhor Mauro Gomes Piauí, secretário de planejamento, diz: Nós não trouxemos.
331 Realmente tem “sim” os repasses da saúde e também do Governo Federal de
332 atraso. Realmente tem, mas nós não temos isso aqui como demonstrar nesse
333 demonstrativos, porque nós fizemos só desse cumprimento aqui da gestão fiscal,
334 das operações. Mas, realmente teve atraso da saúde, é constante tanto que o
335 município entrou com ação judicial contra o Estado. O Estado cumpre, mas paga
336 um mês, um bimestre e atrasa mais três. Do FUNDEB também, que o FUNDEB
337 a União repassa um valor. O FUNDEB é o Fundo de Desenvolvimento Básico da
338 Educação, o município tem que gastar todo esse dinheiro na educação, no mínimo
339 60% com pagamento de funcionários e os outros 40% ele pode comprar material,
340 equipamento e o mobiliário, fazer escolas e creches. O governo do Estado tinha
341 que repassar X valores todo mês dentro do ICMS, fundo participação, e ele estava

342 atrasando também. Inclusive nós tivemos muita dificuldade porque a lei do
343 FUNDEB fala que ao final em dezembro nós não podemos ficar com mais de 5%
344 do valor repassado para as escolas. Mas, tem aí o valor que recebeu? Põe aí na
345 tela. Então, o município não pode ficar com esse dinheiro em caixa. O que
346 aconteceu nesse último ano agora? O governo Taques, infelizmente, como ele
347 estava atrasando, ele estava fazendo esse nome vulgar que criou aí, que é a
348 pedalada fiscal. Ele estava pegando o dinheiro e aplicando lá nas contas dele, o
349 dinheiro que era para repassar para o município. Quando foi dia 27 de dezembro,
350 ele viu que estava com o dinheiro do município, então ele recebeu uma bolada do
351 FEX, que é fundo de exportação, que esse dinheiro, o FEX, também é uma
352 complicação, é uma compensação que o Estado recebe porque em noventa e seis
353 os pecuaristas, sojicultores, ganharam do governo Fernando Henrique Cardoso a
354 famosa Lei Kandir, é uma emenda constitucional que fala, uma emenda não, uma
355 lei que fala que os plantadores de soja para exportação não recolhem ICMS.
356 Então, ele não passa ICMS para os municípios nem para o Estado. Aí o governo
357 federal, quando ele recebe lá o imposto de importação desses bens, de exportação,
358 todo final de ano ele pega e repassa para os Estados, aí os Estados passa para os
359 municípios. É uma compensação que não chega nem 50% do que seria esse
360 pessoal pagasse. É cruel isso aí. Aí que o Taques recebeu e ele pegou esse dinheiro
361 e passou para os municípios, mais de duzentos milhões para os municípios. Barra
362 do Garças recebeu quanto, Carlos? Dois milhões, dia 27 de dezembro. Isso é quase
363 10%. Então, nós chegamos nesse patamar. O município não ia receber dinheiro
364 do FUNDEB, não ia poder fazer mais nada. Aí os municípios, através da AMM,
365 entrou com mandado de segurança junto à justiça federal e conseguimos que nós
366 fôssemos liberados. Agora, o tribunal de contas teria que reprovar as contas do
367 Taques porque ele fez isso, ele deu uma pedalada e na última hora jogou a batata
368 quente para o município. Então, estava atrasado e ele devia pagar mês a mês,
369 pagou. O que acontece com várias prefeituras? Agora não se faz mais isso por
370 causa da lei de responsabilidade fiscal. Mas, quando chegava no final do ano, o
371 prefeito não gastava o dinheiro, não dava aumento para os professores, aí ele
372 estava com o caixa cheio pelo dinheiro do FUNDEB, que só pode aplicar no
373 FUNDEB, aí ele criava décimo-terceiro, décimo-quarto salário para os
374 professores, para ele não ser punido se ele ficasse com mais de 5%. Então, por
375 isso que aqui é a única categoria, que é assim uma luta do SINTEP, uma categoria
376 unida, eles têm por lei federal todo ano um aumento. O governo federal define lá
377 quanto é o piso nacional e aqui também nós temos a lei do nosso piso, que é
378 automático, e eles recebem aumento. O governo federal manda mais um pouco de
379 dinheiro e o município paga. Então, todo ano os professores é a única categoria

380 que tem aumento. A saúde, por exemplo, não tem porque o dinheiro não vem,
381 porque falta. Enquanto o município tem que gastar vinte e cinco na educação, com
382 a saúde é quinze. Então, sempre é menos e o gargalo é onde se mais gasta. Então,
383 o município com a saúde nós gastamos muito. Então, essa aqui é a receita que nós
384 tivemos aqui, desse montante tinha 10%, não é? Então, tinha o que? Dois milhões
385 e pouco, não é? Dois milhões. Foi retendo e não recebendo. Então, essa aqui é a
386 receita corrente líquida, aqui dá para vocês terem uma ideia, se quiser tirar uma
387 foto, do IPTU, quanto que a prefeitura arrecadou: tributária, IPTU quatro milhões;
388 ISS nove milhões; ITBI três milhões; esse aqui é imposto de renda, contribuições,
389 receita agropecuária; transferências correntes, aqui FPM vinte e quatro milhões;
390 ICMS vinte e sete; IPVA três milhões; e ITR três milhões. Isso aqui é o que?
391 Transferência da lei complementar. Isso aqui é a Lei Kandir, olha o tanto que o
392 município, cento e treze mil só, recebeu da Lei Kandir, que é a lei que isenta os
393 sojicultores. E esse aqui do FUNDEB, vinte e dois milhões, transferências de
394 receitas correntes FUNDEB. Então, fechou cento e quarenta e sete milhões
395 duzentos e dois mil. A senhora Edina disse: Bom dia! Meu nome é Edina. A
396 prefeitura de Barra do Garças paga o RGA para os servidores? O senhor Mauro
397 Gomes Piauí, secretário de planejamento, diz: A prefeitura não paga RGA. Esse
398 RGA é um termo que foi criado pelo governo do Estado no último ano do governo
399 Silval, que é recomposição geral anual. Não tem isso aqui no município, embora
400 há previsão, em todos os planos de cargos e salários tem isso. Mas, infelizmente,
401 como eu disse, a receita está apertada e a prioridade da administração é manter os
402 salários em dia por enquanto, enquanto consegue, até melhorar por fazer. Porque
403 a arrecadação, se a gente faz a alegação do governo Taques, estou falando do
404 governo Taques, lá o RGA é recomposição, é a inflação mais alguma coisa, não é
405 só a inflação, e se a receita, nós tínhamos previsão de cento e noventa milhões,
406 nós arrecadamos cento e quarenta e sete: ah, nós estamos planejando mal? Não!
407 Nós fizemos toda, quer dizer, eu já cheguei com essa previsão aí, não estou
408 falando que não foi o orçamento que fiz, mas ajudei a construir. Mas, é porque
409 caiu mesmo. Com outras palavras, com essa mudança de governo que houve,
410 brusca ainda, o governo Temer aprovou uma emenda que segurou todos os
411 investimentos em 20% por vinte anos. Então, aí eles pararam de passar. Agora,
412 isso é uma questão política do governo porque agora só ele quando ele quer e
413 quando um deputado. Para que? Para prefeito ficar na mão de deputado, que a lei
414 tinha que vir. Não, ele segura. Agora o prefeito, o governador, se ele quiser, vai
415 ter que ir lá com o pires na mão e pedir solenemente, senão não vem mais do que
416 está previsto. A senhora Edina diz: O que se fala entre os servidores do município
417 é que não tem um reajuste há muitos anos. O que seria necessário para que os

418 servidores tivessem esse reajuste? O senhor Mauro Gomes Piauí, secretário de
419 planejamento, diz: Olha, eu creio que seria necessário aumentar a arrecadação. Eu
420 digo isso por experiência própria porque fui procurador geral do município de
421 2004 a 2008, no governo do Zózimo Chaparral. Lá a prioridade foi o servidor,
422 quando foi feito dois, três planos de cargos e salários da saúde, educação e dos
423 servidores em geral, todo ano tinha aumento. O que aconteceu? Ele chegou em
424 2007/2008 e ultrapassou o limite porque ele aumentava, ultrapassou o limite ali
425 dos 60%; teve as contas rejeitadas pelo tribunal duas vezes e pela câmara; ficou
426 inelegível por oito anos. Então, se não tiver arrecadação nenhum prefeito
427 administrador vai dar aumento ou então ele não faz investimento, não contrata,
428 não faz as dívidas pra ficar pagando a longo prazo para construir o que ele
429 pretende construir. Então, é uma escolha de Sofia. Eles fazem uma coisa ou outra,
430 infelizmente. É a minha visão. A senhora Edina diz: Mas, uma das maneiras não
431 seria reduzir os cargos comissionados e contratação? O senhor Mauro Gomes
432 Piauí, secretário de planejamento, diz: Eu acho que reduzir os cargos
433 comissionados e contratação, os cargos comissionados, a prefeitura de Barra do
434 Garças tem um pouco de cargo comissionado, mas o valor, se não me engano, não
435 chega a duzentos mil reais. Se tirar isso aí, diluir para mil e poucos, isso vai dar o
436 que por mês, e precisa de cargo comissionado, não é? Não tem jeito. E aí então as
437 contratações tem que reduzir. Aí tem que fazer o que? Concurso público. Quer
438 dizer, vai ficar elas por elas. O tamanho da administração, de Barra do Garças,
439 exige um número mínimo de servidores para fazer. Nós estamos trabalhando
440 numa reforma administrativa para fazer isso, ajustar, mas ainda é difícil. Nós
441 temos aqui várias secretarias que estão acumuladas, quando elas foram criadas na
442 gestão 2004/2008, mas até hoje tem secretários respondendo por três secretarias,
443 outros por dois. Então, há uma segurança nesse aspecto aí. Mas, eu creio que não
444 resolve não porque o cargo comissionado não chega a trezentos mil reais por mês.
445 Se diluir isso para mil e poucos funcionários efetivos, acho que não vai refletir e aí
446 vai ficar descoberto de alguma forma. E também, se o servidor público vai assumir
447 um cargo de chefia, tem que receber um PLUS por isso senão ele não assume só
448 pelo salário. Então, é um ajuste que tem que ser feito, que essa administração do
449 prefeito me deu essa missão particular, até o final do mandato nós temos que
450 implantar uma reforma administrativa, e a gente está pesquisando nas fundações
451 para melhorar. Mas, não é fácil. A senhora Edina diz: Está previsto, na gestão do
452 prefeito Roberto Farias, a inserção de concurso público? O senhor Mauro Gomes
453 Piauí, secretário de planejamento, diz: Não! Não está previsto no orçamento não.
454 Nesse ano não está previsto no orçamento, nem no PPA está previsto ainda. Pode
455 ser, se melhorar as contas públicas. Realmente nós temos que fazer, até por uma

456 questão, nós temos na saúde e na educação uma sazonalidade de servidores,
457 muitas mulheres. Por isso que fala que tem muita contratação, muitas mulheres e
458 lá as mulheres engravidam, e também aí não é só a mulher, mas homem também,
459 eles adoecem. Então, às vezes fica de licença. Temos a licença maternidade de
460 seis meses agora. Então, por que tem contratação? Tem gravidez direto, muito
461 desvio de função, professor que adoecer porque pó de giz e não sei o que, estresse,
462 e aí tem que contratar porque se fizer concurso depois a pessoa não aposentou.
463 Quando aposenta aí libera a vaga. Então, nós estamos levantando quantas vagas
464 nós temos livre hoje, mas são poucas para fazer o concurso. Está bom! O senhor
465 Konrad Felipe diz: Esse aí de 49% para 54% em milhões de reais é quanto? Do
466 pessoal lá? O senhor Mauro Gomes Piauí, secretário de planejamento, diz: Tem
467 que fazer a conta. Quarenta e nove é setenta e dois. O senhor Konrad Felipe diz:
468 Cento e quarenta e sete, não é? O senhor Mauro Gomes Piauí, secretário de
469 planejamento, diz: Setenta e dois milhões. O senhor Konrad Felipe diz: O de
470 pessoal é setenta e dois milhões, que é 49% da receita do município. Pode estourar
471 em quanto? Até quanto? Então tem quanto mais para gastar com pessoal? É, mas
472 é para gastar. Dinheiro é feito para gastar. O senhor Mauro Gomes Piauí,
473 secretário de planejamento, diz: Não, dinheiro não tem não. O senhor Konrad
474 Felipe diz: O Estado tem que entrar com isso aí, tem que gastar na população
475 mesmo. O senhor Mauro Gomes Piauí, secretário de planejamento, diz: Eu sei.
476 Ele vai fazer ali quanto dá, seis milhões e meio. O senhor Konrad Felipe diz: Dava
477 muito comissionado ainda, não é? Se é trezentos mil. O senhor Mauro Gomes
478 Piauí, secretário de planejamento, diz: Não, mas não tem. São duzentos e poucos
479 e já está todos preenchidos, só se criar mais. Mas, não tem não. Sinceramente
480 gente, nessa questão aí tem que haver a escolha do investimento. Eu falo isso
481 porque essa administração está fazendo alguns investimentos. Eu creio que vai
482 terminar, o primeiro e segundo ano agora termina, primeiro e segundo ano desse
483 segundo mandato, aí no terceiro dá para pensar. Até discuti com os vereadores,
484 está no PPA uma previsão de aumento, coloquei lá quando fizemos. Então, todas
485 as secretarias porque é por secretaria. Teve um vereador, na lei orçamentária, que
486 tirou lá um valor porque tem que fazer isso mesmo, ele tirou um valor de um
487 investimento da secretaria de transporte e serviço público, que era um valor que
488 estava dentro daquele investimento ali do financiamento do asfalto da Caixa, e ele
489 jogou lá na secretaria de administração. Só que a secretaria de administração é só
490 a ordenadora de despesa. Ele jogou os vinte milhões lá para dar aumento para
491 servidor, mas tirou do pagamento do asfalto. Então, quer dizer, faltou uma
492 assessoria para falar: não pode fazer isso, você descobre um lado com outro. E aí
493 foi uma emenda que foi aprovada aqui e dá um trabalho danado para você

494 consertar isso lá na frente. Então, tem que ser por secretaria e todas as secretarias
495 tem uma previsãozinha lá de um X minúsculo. A senhora Edina diz: Bem
496 pequeno! O senhor Mauro Gomes Piauí, secretário de planejamento, diz: Mini,
497 mas tem. Isso com muito esforço, briga lá dentro da gestão, mas nós conseguimos.
498 Eu tenho um compromisso agora, quero agradecer vocês mais uma vez, já estamos
499 meio atrasados. Mas, e isso aí. Nós vamos estar aqui de novo daqui uns dias para
500 fazer a nova explicação mais detalhada. A saúde também vai fazer, ela também
501 tem que fazer a dela. Eu espero que o pessoal participe mais efetivamente. Então,
502 muito obrigado a todos vocês pela presença. Eu declaro encerrada essa audiência
503 pública para demonstração dos resultados da gestão fiscal do segundo e terceiro
504 quadrimestre do ano de 2017. Boa sorte para nós. Bom dia e até uma próxima.
505 Registra-se que a assinatura de todos os presentes foi colhida no Livro Próprio de
506 Frequência de Audiência Pública.